


## **A praça e o museu: quem está representado?**

**Fernando Ermiro da Silva**

Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0009-8590-1628>

E-mail: fernando.urucu@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho examina as representações públicas da escravidão em locais dedicados à memória patrimonial em duas cidades do estado do Rio Grande do Sul: Pelotas e Jaguarão. Ambos os locais, com origens semelhantes baseados no trabalho de pessoas escravizadas, são analisados em termos de como as narrativas favorecem a ocultação da história da escravidão. O trabalho destaca a importância de uma revisão acerca da escravidão brasileira, defendendo um papel mais proativo dos pesquisadores na produção de histórias públicas que ressaltem as diferentes contribuições dos povos, que embora forçados ao trabalho escravo, deixaram suas marcas na arquitetura e na sustentação da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Escravidão; Memória; Patrimônio; Esquecimento; História Pública.

### **The square and the museum: who is represented?**

**Abstract:** This work examines the public representations of slavery in places dedicated to heritage memory in two cities in the state of Rio Grande do Sul: Pelotas and Jaguarão. Both locations, with similar origins based on the work of enslaved people, are analyzed in terms of how the narratives that favor the concealment of the history of slavery. The work highlights the importance of a review of Brazilian slavery, advocating a more proactive role for researchers in the production of public histories that highlight the different contributions of peoples, who, although forced into slave labor, left their marks on the architecture and support of society Brazilian.

**Keywords:** Slavery; Memory; Patrimony.; Forgetfulness; Public History.

**Texto recebido em: 10/06/2023**

**Texto aprovado em: 04/12/2023**

### **Introdução**

Oh! O racismo destes senhores não me vexa. Não me indigna. Limito-me a tomar nota. Constato-o, é tudo. Quase lhe estou grato por se exprimir em pleno dia, como sinal (Césaire. 1978, p. 33).

A escravidão tem se tornado tema cada vez presente no debate público contemporâneo. Autores como Hayes (2011), Hartman, (2020), Moody, (2020),

Fabian, (2013), Katchka, (2004) abordam o tema em diferentes campos disciplinares. No Brasil, nomeadamente na cidade de Pelotas, Zumbi dos Palmares, Tia Ciata, as Charqueadas, a semana da Consciência negra em novembro, e o esmaecimento do dia 13 de maio – data que no ano de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que aboliu o regime escravocrata no país – motivam discussões que expõem a escravidão como uma questão atual (Giovanetti, 2009).

Minhas primeiras inquietações com a ausência da representação da escravidão foram nas aulas sobre patrimônio, no curso de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas. Durante as discussões fui levado inúmeras vezes à questão sobre quais são os critérios necessários, ou ainda como seria definido um patrimônio público e, mais importante, quem executa esta seleção. Embora familiarizado com a praça Coronel Pedro Osório, no centro de Pelotas nunca havia me perguntado sobre os critérios de seleção das estátuas e dos monumentos deste local, nem sobre o que não era contemplado em mesmo grau de importância neste espaço público.

Em outro movimento, fui convidado a conhecer a cidade de Jaguarão. Nunca havia estado numa fronteira internacional. Nesta cidade conheci o Museu Carlos Barbosa, antiga casa de um charqueador e político, que se tornou um espaço de exposição do período escravocrata, mas igualmente silencioso sobre os escravizados.

Tais ausências me deixaram curioso e com o olhar atento acerca dessas questões fora das discussões sobre o patrimônio público. O escopo deste trabalho abrange dois espaços públicos, que apesar de preservar o passado e as narrativas históricas, também envolve esquecimento (Santos, 2008). Analiso dois locais patrimonializados e que subsidiam a memória e a história pública em suas cidades. Concentro-me nos locais selecionados: a praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas e o museu Carlos Barbosa, na cidade de Jaguarão, observando um lugar público e outro privado. Este ensaio visa o universo das representações sobre a escravidão ou daquilo que pode ser chamado de aniquilação simbólica, ou seja, ausência total de qualquer comentário sobre este tema. Um exercício sobre a perspectiva da aparição/ocultamento na política de representação pública da escravidão.

Sequestrados em seu continente, em uma relação problemática e ainda não investigada com as elites locais, os negros e negras foram embarcados em navios transatlânticos, e passaram de pessoas livres para peças escravizadas e vendidas

em leilões públicos em diversos portos das Américas. Seres humanos africanos e africanas, marcados a ferro em brasa, passam a ser concebidos e apresentados ao público em sua nova condição: escravos. Aqueles que eram irreverentes eram punidos na frente de seus parentes e de quem mais quisesse testemunhar os “revoltantes acompanhamentos” de açoites “fazendo o sangue jorrar a cada golpe”. Fugitivos e rebeldes foram enforcados em locais públicos, seus corpos foram cortados e suas cabeças expostas para que outros vissem e temessem a desumanidade desenfreada dos senhores (Giovanetti 2009).

Estes sujeitos africanos, pessoas livres que foram escravizadas, deixaram suas contribuições para a história social e cultural brasileira. Todavia, não é sua história que é contada. Ao contrário, a historiografia nos legou uma versão da escravidão afeita mais aos interesses do colonizador, que tende a refletir os preconceitos dos euro-americanos e que buscou manter o foco em antagonismos intergrupos, a fim de ignorar as interações produtivas entre eles (Hayes, 2011). Dessa forma, ao falar do ex “escravo” optou-se por lembranças constantes de correntes e sofrimento, dando maior ênfase à palavra *banzo*<sup>1</sup> que a palavra *axé*.

O que nos parece é que recebemos da história pública a negativa da contribuição dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras. Tal prática parece fomentar uma memória traumática que incentiva e influencia a agência de uma parte da população na direção do desejo de esquecer ou, de preferir não saber. O reflexo de tal lógica instaurada pode ser percebido nas inúmeras manifestações de injustiças sociais e de desigualdades econômicas.

O gigantesco trabalho escondido “debaixo do sol”, o brilho nos vidros polidos das casas coloniais, esconde quem o modelou e soprou; esconde aqueles e aquelas que não aparecem como parte do processo, como se o vidro estivesse sempre ali, limpo desde o primeiro sopro divino, “porque as coisas eram assim”. Entretanto, depois que se enxerga o trabalho, seu valor, e seu ocultamento deliberado, a fim de invisibilizá-lo, entende-se essa ação de apagamento como uma tentativa de desmerecer aquele e aquela dito: “boçal”, “preguiçoso”, “vagabundo”, “bandido”, “fora-da-lei” e, por fim, “quilombola”.

Todavia, uma vez visto o trabalho, não se poderá mais não o ver ou não o reconhecer: cada estrada aberta e calçada, suas pedras, seu nivelamento, seus aterros; os alinhamentos das ruas retas das cidades modernas, tudo que está sobre a terra e abaixo dela. Daí entendemos o clamor de Aimé Césaire (1978): de quem foi

a mão que tudo isso tocou? Tudo o que foi construído no Brasil antes de 1888, numa sociedade não afeita a trabalhadores livres, quem construiu? O padre deu a extrema-unção ao moribundo e quem enterrou o defunto? Os portugueses cristãos não abriram nem uma picada no Brasil que já não fosse trilhada pelos Tupis (Vainfas, 1995). Os colonizadores não reconheceram nem a presença, nem o trabalho indígena. Este ato de obliterar, fazer desaparecer pouco a pouco, apagar com a ajuda da passagem do tempo, retirar da história, tornar uma memória suprimida que tenta, por fim, eliminá-la, é o *modus operandi* dos povos invasores. Exemplo disso, é a antiga prática da Igreja Católica em relação aos locais sagrados para povos considerados, por ela própria, “pagãos”. Diante da resistência milenar de tais povos, o que tornava difícil sua adesão e conversão, a solução era a construção de uma igreja sobre o local, obtendo dessa forma a transferência da sacralidade para a nova construção.

Algo semelhante ao ato de obliterar foi praticado, com paciência e aquiescência da historiografia brasileira, em relação ao trabalho escravo. De forma a coadunar com a lógica dominante, com a perspectiva do colonizador, nenhuma pergunta foi feita na busca de saber sobre qual foi a mão de obra que construiu e influenciou tudo no Brasil antes de 1888. Não houve indagação acerca dos 350 anos de regime de escravidão; ou mesmo, qualquer menção sobre reconhecer as marcas da contribuição de negros e negras na sociedade brasileira. Talvez a resposta esteja justamente na forte negativa de representação pública dos sujeitos negros, no performático silêncio oficial sobre a contribuição dos mesmos para a nação e no excessivo enaltecimento dos feitos heroicizados brancos.

### **Comparando locais patrimonializados de história pública: os monumentos da praça Pedro Osório em Pelotas/RS**

Um problema alheio (...) é algo que não podemos ver, ou não vemos, ou nosso cérebro não nos deixa ver, porque pensamos que é problema de outra pessoa (...) O cérebro apenas edita, é como um ponto cego. Se você olhar diretamente, não verá, a menos que saiba exatamente o que é (Adams. 1982, p. 24).

Com o ensejo de contribuir para a teorização da produção de histórias públicas da escravidão, analiso, primeiramente, a praça Coronel Pedro Osório. Esta

se localiza num ponto central da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Em 1829 o terreno foi doado ao Estado, tendo como uma das funções o exemplar pelourinho da cidade, onde aconteciam os castigos e a venda de escravos. O pelourinho foi instalado em 1832 e substituído em 1873 por um chafariz. Posteriormente os terrenos do entorno transformaram-se na atual Prefeitura Municipal, Biblioteca Pública e Escola Eliseu Maciel (Paradedda, 2003). Inicialmente chamou-se de campo, depois a praça da Regeneração, D. Pedro II, República e atualmente Praça Coronel Pedro Osório (Gutierrez, 2004). O espaço foi revitalizado<sup>2</sup> em 2007, pela prefeitura da cidade.

A praça é um antigo espaço de uso comum, mas nem sempre acessível a todos, haja visto, que o espaço interior era interdito aos negros, num primórdio do que viria ser o *apartheid*<sup>3</sup> Sul africano (1948-1994), ou a versão brasileira das políticas de segregação norte americana, Jim Crow (1876-1964). Houve época em que as mulheres negras, aos domingos, se arrumavam e se enfeitavam para passear no “redondo da praça”, na área externa, pois somente as pessoas brancas eram autorizadas a circular dentro de seus cercados, espaço no qual as pessoas negras não podiam entrar (Soares, 2022).

Neste local público, mas também silencioso da escravidão, foram privilegiadas as histórias da Casa Grande, enquanto praticamente nada se registrou sobre a mão de obra escrava que compunha a força de trabalho por trás de tudo. O silêncio da história pública da escravidão reflete-se na memória das pessoas, ao passar por um local atualmente dedicado ao turismo. Olhamos a narrativa histórica que é apresentada aos visitantes que frequentam o espaço através dos dez monumentos da Praça que contam a história de Pelotas<sup>4</sup>, e perguntamos sobre a política por trás do processo de representação da instituição do trabalho forçado que lastreou toda a cidade até antes da abolição. O discurso autorizado do patrimônio (Smith, 2009) da prefeitura de Pelotas afirma que dez monumentos na Praça contam a história de Pelotas.

Hoje é possível caminhar pelas alamedas muito bem conservadas da praça, não há mais a proibição oficial de circulação. Porém, numa sociedade racializada ainda é possível se sentir como em um lugar alheio e com a permanente sensação de ser um estrangeiro nas ruas onde se nasceu, o que acusa o sentimento de uma cidadania de segunda classe (Carvalho, 2001).

Contemporaneamente, com os avanços das pesquisas acadêmicas, é possível questionar sobre o quanto de força de trabalho escrava foi necessária para erigir essa praça – e a cidade –, que data de 1832. Essa curiosidade não será respondida voluntariamente pelo Estado, que optou desde a abolição pelo silenciamento do papel de negros e negras na construção da história da sociedade brasileira.

A página oficial da prefeitura na internet corrobora o silenciamento ao descrever que:

muitas vezes quem circula por lá não percebe a *riqueza histórica* que ambienta os canteiros, junto à arborização e ao gramado. Cercada por prédios históricos, integrantes do conjunto arquitetônico pelotense - reconhecido em 2018 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como *patrimônio do Brasil* -, o local tem oito entradas de acesso, todas convergentes ao centro, onde se encontra a *Fonte das Nereidas*. Há ainda dezenas de monumentos em homenagem a figuras históricas da cidade e do país, incluindo o próprio coronel que dá nome à praça. (<https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dez-monumentos-da-praca-contam-a-historia-de-pelotas>)

Por outro lado, ao enfatizar que quem adentra a praça muitas vezes não percebe a riqueza histórica, tampouco a possibilidade de acréscimo de patrimônio histórico, o texto oficial, acima referenciado, impele à investigação. As pesquisas permitem compreender o ocultamento ocorrido no período que compreende o final do século XIX e meados do século XX na cidade de Pelotas, uma parte da história obliterada, não creditada, finalmente silenciada e não percebida.

O período mencionado denota que a mão de obra determinante para o funcionamento da sociedade, qualquer que fosse o setor do Brasil, pedreiros, vidraceiros, carpinteiros, agricultores, barbeiros e etc., dependia de “profissionais” vinculados a sistemas de saberes de algumas regiões africanas. Esses sujeitos, contrário à ideia de boçalidade, eram trazidos devido ao domínio científico de técnicas e conhecimentos para contribuir com o desenvolvimento das novas terras.

Todavia, esses sujeitos históricos, africanos e africanas, sofreram diversos enquadramentos institucionais a partir da historiografia tradicional. Enquadramentos que quase sempre partiram de um entendimento tradicionalmente negativo dos africanos e das africanas, suas culturas e contribuições para a sociedade brasileira (Conduru, 2019), bem como foram analisados e criticados a partir dos preconceitos euro centrados.

Considerando a praça Pedro Osório como lugar que conta a história da cidade a partir dos dez monumentos, verifica-se a obliteração da contribuição dos negros e negras escravizados na construção do patrimônio oficial. Ainda que tudo tenha sido construído pela mão de obra especializada dos africanos e das africanas, a historiografia tradicional nega o trabalho e a presença de tais sujeitos, que não são mencionados nem em forma de monumento, nem em citação da chamada da página da prefeitura.

Nessa direção, as diferentes tendências estéticas, trazidas e implementadas pelos africanos e africanas e suas culturas, não são reconhecidas. Suas contribuições são negadas como agentes de transformação e como agregadores de valor ao patrimônio. Mesmo hoje, as práticas culturais, os rituais religiosos de africanos e africanas podem até em algum momento, serem representados ou mesmo reverenciados, porém, não são patrimonializados como tal, indo pouco além de figurações, não chegando a ser considerados paradigmas para renovação (Conduru, 2019).

Outro exemplo no Brasil é a cultura material das religiões afro-brasileiras, que motivou reflexões que afetaram mais a temática patrimonial e menos a visualidade de suas obras em espaços públicos e, por isso, não participaram de uma reformulação estrutural dos códigos de representação (Conduru, 2019). É digno de nota que uma inversão pode ser constatada na perspectiva do sincretismo religioso. O candomblé é questionado por disfarçar seus orixás atrás de ícones do colonizador, a fim de viver em harmonia. Em contraponto, é possível reverenciar os mitos de Hermes/Mercúrio, que também simbolizam o orixá Exu, sendo apreciados nos espaços do mercado público de Pelotas e em frente à rodoviária da capital do Estado em Porto Alegre. É pertinente questionar sobre quem teria se ocultado atrás da força de representação de quem.

A foto aérea da praça, retirada da página da prefeitura, conta muito mais do que ela mesma gostaria de dizer. É perceptível uma disputa entre fazer lembrar, deixar esquecer. “O local tem oito entradas de acesso, todas convergentes ao centro, onde se encontra a Fonte das Nereidas” (Prefeitura, 2022). A Praça Coronel Pedro Osório localiza-se num ponto central da cidade de Pelotas, o que atesta sua importância e centralidade.



Fonte: PELOTAS. Prefeitura Municipal. Dez monumentos da Praça contam a história de Pelotas. 10 nov. 2018. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dez-monumentos-da-praca-contam-a-historia-de-pelotas>.

**FIGURA 1**  
**Vista aérea praça Pedro Osório/Pelotas-RS**

As oito entradas convergentes direto ao centro destacam e notabilizam a importância que a praça teve no passado enquanto mercado de compra e venda de escravos, onde fortunas foram feitas. Hoje, a relevância da praça dá-se como patrimônio que conta a história da cidade, mas a partir de nomes de família e heranças, mantendo-se oculto que ali foi um espaço de negociação de escravos e até mesmo o pelourinho.

A localização de um pelourinho que ali se constatou não está à vista de ninguém, obliterado pela fonte que trabalha para desviar a história, enquanto tenta assumir o lugar central na nova narrativa. Não há nenhum marcador ou referência, e apenas aqueles que são explicitamente informados de sua localização ou são guiados para ele provavelmente o “enxergarão”. É uma escolha interessante de representação e de desaparecimento do ícone. Mereceria uma pesquisa elucidar quais os motivos que levaram a substituição do pelourinho por uma fonte importada em 1873, buscando pelas possíveis negociações e conflitos (Reis e Silva, 1989) entre escravizados e escravizadores.

Na lista “oficial” da página na internet, dos dez monumentos, apenas um, justamente o último na lista, faz menção ao período escravista, lê-se: “do pelourinho às Nereidas”. Não tem destaque, recebe a mesma quantidade de parágrafos que a maioria, 01 (um), mesmo assim sua história coube em uma linha, local “que era onde os considerados infratores, em sua maioria negros escravizados, recebiam punição em chibatadas”. A única citação direta, dentre todos os dez



monumentos, à ordem escravagista que sustentou todo o desenvolvimento do lugar, foi um registro da opressão e uma história contada por uma testemunha falha e extemporânea (Hartman, 2020). Para Hartman (2020) os arquivos históricos são locais de violência e obedecem à ótica de uma historiografia racializada. A autora menciona a Vênus Negra, a qual será atribuída a falta de nome, ou que ela disse, ou sua recusa em dizer alguma coisa. Ela aparece no texto oficial da história pública, tal qual a citação acerca do pelourinho na página oficial, como personagem anônima que somente sofre o castigo, a dor, o sofrimento e a punição.

Das dez escolhas, apenas uma fala diretamente sobre o tema, e outra referência indireta pode ser observada, com muita atenção, aos pés da estátua de Pedro Osório. Observa-se uma “tira” de cobre contando a história da colonização em imagens. Na tira é possível identificar colonizadores e imigrantes, além de aparecer a figura de três escravizados semeando a terra, numa alusão de movimento.

### **A vida como ela foi, porém, nenhum fragmento da vida cotidiana**

A nossa velha casa patriarcal não pode ser imaginada sem a presença do escravo solícito – é difícil imaginarmos uma servidão pressurosa, mas assim foi intramuros – subindo e descendo escadas, carregando sacos de lixo, feixes de lenha, potes de água, tigres plenos de fezes de sinhozinhos e nhandãs mandonas; subindo e descendo pesadas janelas de guilhotina; abanando e afastando as moscas do patriarca à mesa, esfregando areia molhada nos assoalhos sempre limpos; fazendo comida, fazendo velas, fazendo sabão de cinzas. O negro foi elevador, guindaste, esgoto e ventilador, como bem lembrou certa vez Lúcio Costa (Lemos, 1989. p. 11-12).

205

O Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves está localizado na cidade da fronteira meridional do Brasil, Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul. A história da cidade de Jaguarão remonta o ano de 1801, quando milicianos estabeleceram os primeiros postos militares na margem do rio que empresta o nome à cidade (Museu, Carlos Barbosa, 2011).

Carlos Barbosa, descendente de uma família rio-grandense rica e casado com a filha abastada de um fazendeiro, foi médico e político. Narra-se o fato de ter sido escolhido e indicado ao governo do Estado por Borges de Medeiros, que após 10 anos no comando do executivo, estava impedido de concorrer à reeleição. A

indicação de Borges dá à Carlos Barbosa a vitória fácil no pleito de 1907 para governador do Estado, “dando mostras da eficácia da máquina partidária e da fraude” (Coleção 170 anos, p. 29). Findo o mandato de Carlos Barbosa em 1912, Borges retorna ao poder, permanecendo até 1928, após dois mandatos sucessivos (1912-1917 e 1918-1923), já na sua quinta reeleição” (Coleção 170 anos, p. 29). Sua passagem pelo governo foi caracterizada como uma administração de natureza transitória, sem iniciativa política, marcado como “o tempo do marasmo político em que o sistema opera praticamente por força da inércia e na expectativa do retorno de Borges, em janeiro de 1913, para uma longa permanência à testa do governo por mais três mandatos sucessivos” (Coleção 170 anos, p. 51).

O museu é um espaço particular, gerido pela Fundação de mesmo nome, cobrando a taxa de R\$ 10,00 (preço de novembro/2022) por visitante para que estes vejam o interior do espaço e conheçam a história, vida e obra de Carlos Barbosa. Durante a visita é possível conhecer a atuação do político no âmbito municipal, estadual e federal num período de grandes transformações e efervescências na história do país (Museu Carlos Barbosa, 2011), narrada por uma guia do próprio recinto.

O passeio acontece no interior da residência principal, uma vez que, a cozinha denominada como “suja”<sup>5</sup> é mencionada apenas no final do roteiro, e não é acessada. O mesmo ocorre com o porão da casa. Na fachada do casarão está a data da sua construção, 1886, a abolição da escravidão no Brasil acontece dois anos depois, em 1888. E nossa primeira pergunta não feita discorre sobre qual foi a mão de obra utilizada para a construção dessa casa e porque não há nenhuma referência. Somos levados a saber facilmente de detalhes como o estilo eclético neoclássico e *art nouveau*, característicos do final do século XIX e início do século XX, inovações da arquitetura na época como o passadiço envidraçado que absorve calor e luminosidade, mas nada é mencionado sobre quem efetivamente construiu a casa, ou mesmo fez sua manutenção.

A ficha de descrição do museu tem a mensagem que diz em letras clássicas: “a vida como ela foi”, uma vez que a casa está “como se fosse habitada até os dias de hoje”. É uma observação parcial, uma vez que representa apenas um lado da vida na casa grande, “a narrativa da casa grande”, e nada revela sobre a vida dos escravos. Embora seja mostrada a cozinha, com suas peças muito pesadas e fogões enormes, o que nos faz pensar na quantidade de força necessária para levantar

tamanhos utensílios, ou suportar altas temperaturas de calor dentro daquele espaço, não há indicação de quem levava a efeito tais serviços. O roteiro segue salas, quartos, cozinha, banheiro, sala de costuras e sala de estar, uma distância considerável para percorrer com pesos e material quente, mas ainda assim a escravidão, o trabalho forçado que fez circular toda a economia daquela época, não é mencionada na visita.

A visita pela casa é guiada e a pessoa que conduz o roteiro não tinha formação suficiente para responder perguntas fora do roteiro, se atendo ao discurso ensaiado todo o tempo. O *tour* se inicia pelos elementos de decoração da mitologia clássica greco-romana, nas escadarias do museu, com representações de trabalho, nas paredes, com imagens das deusas da agricultura e indústria. A seguir, nos é mostrado, a partir do corredor de entrada, mas não acessada, a sala de estar e reuniões de negócios, antes de entrarmos propriamente na casa.

Neste momento temos a única referência sobre a escravidão, somos recepcionados pela imagem de um Arlequim negro, com menos de um metro de altura, negro em absoluto, olhos brancos e lábios vermelhos, trajando roupas coloridas, trazido da cidade de Paris/França, o que nos remete à figura do “criado-mudo”.<sup>6</sup> A explicação inicial é de que Carlos Barbosa era um abolicionista e por isso substituiu a prática que ele julgava desumana de ter alguém encarregado de receber todos os convidados. Esta será a primeira, única e última referência sobre a escravidão, seu papel ou importância na riqueza e manutenção de todo o legado apresentado. Mesmo assim, ainda cabe questionar sobre quem manteve – e possivelmente ainda continue a manter – todo aquele esplendor, brilho e os vidros polidos.

Foram explicados vários pormenores da casa, seus avanços tecnológicos para época e para a vida dos moradores, mas não foi explicado onde comiam, dormiam ou como viviam os escravos que atendiam a casa. A parte localizada sob a casa, uma possibilidade do local onde os escravos poderiam dormir ou serem recolhidos à noite, também não era possível de ser acessada e igualmente não fazia parte do roteiro. Apenas o silêncio sobre o assunto se fazia presente durante a visita, quando alguma referência aos trabalhadores escravizados, como quem esquentava e carregava a água, quem suportava o calor dos fogões, quem fazia a manutenção da casa enorme ou quem lustrava tudo aquilo. Nenhum trabalhador negro foi apresentado e nem uma única palavra foi dita sobre a escravidão. A única figura

negra no museu Carlos Barbosa era uma pequena estátua de Arlequim, localizada na entrada da casa, um jovem homem negro vestido de roupas coloridas. A estátua, porém, segura uma bandeja, talvez uma declaração tácita de classe, de *status* e da política racial do museu (Giovannetti, 2009).

### Considerações finais

É, no mínimo, curioso que o resultado do trabalho da mão de obra escravizada, essencial para formação de tudo que é visto numa sociedade dependente de seu papel econômico, esteja na tangencial da paisagem memorialística atual. Deve, portanto, ser uma ironia perversa que o trabalho erigido, e não o trabalhador, permaneça no centro das histórias contemporâneas dos locais mencionados acima. Isso ocorre porque a narrativa se concentra sob a ótica do escravizador, ou porque o ponto de vista dos descendentes de escravizados africanos ainda está por ser construído.

A força de trabalho que sustentou essa sociedade ocupa um papel secundário ou invisibilizado na maioria das narrativas branco centradas. Em sua tentativa de formação de um mito moderno, sua perspectiva parece não precisar dos escravizados. São, por ora, dispensáveis da construção e manutenção, evitando a ruína e a perda do esplendor do patrimônio público analisado. O patrimônio público, belo e sedutor, evoca uma grande época da capacidade construtiva, um exemplo de progresso técnico, que se esforça para glorificar seu passado enquanto oculta o sofrimento que causou em sua confecção (Jeudy, 1990). O fantasma do trabalhador escravizado não frequenta mais esses espaços, conservados e cuidados para a exibição de uma determinada cultura. Essa restituição oculta, entretanto, com habilidade, o horror da exploração, da qual não se mantêm nem mesmo uma recordação ruim (Jeudy, 1990), e sequer mencionam a instituição da escravidão.

Neste trabalho, procurei discutir os fundamentos raciais que contribuíram para configurar as propostas de construção de uma narrativa, acerca dos patrimônios públicos e privados facilmente acessáveis. A abordagem “asséptica” da história pública, desenvolvida pelo poder público brasileiro, na praça Coronel Pedro Osório em Pelotas, pode ser observado em um espaço privado como o museu Carlos Barbosa, em Jaguarão. A relevância do tema abrange diferentes dimensões. A

narrativa da casa-grande produziu um discurso e propostas de construção de uma memória, a partir do patrimônio público, que visam o fortalecimento de uma determinada identidade de nação, que por sua vez, apoiou-se no mito da democracia racial brasileira – uma sociedade harmoniosa e livre de conflitos raciais, mesmo após 350 de escravidão. Além disso, os casos analisados mostraram-se profícuos para o objetivo do trabalho, uma vez que as comparações serviram para melhor mostrar os contornos e, assim, podermos notar a ausência do componente negro no discurso supremacista branco, na "naturalização" do cotidiano social apresentado ao público em geral.

Por um lado, é preciso reconhecer que a tradicional noção de patrimônio criou uma situação favorável à preservação da memória dos locais analisados, que para ser ideal teria que ser abrangente nas diversas memórias das ocupações humanas, incluindo indígenas e negros. A preservação favoreceu o planejamento, a criação e expansão de técnicas úteis para a sociedade. Por conta dessa ação, os próprios cursos de preservação e patrimônio aumentaram suas atividades e especialização. Em termos econômicos, as ações de patrimônio e preservação ainda carecem de uma melhor distribuição e acesso mais democrático e diversificado das diferentes classes sociais, sob o risco de permanecer a história de um grupo dominante.

Como um modelo de sucesso, os exemplos da praça Pedro Osório e do museu Carlos Barbosa, é uma réplica que pode ser encontrada em inúmeras cidades do Brasil. A história pública nacional tem se caracterizado por um acúmulo de experiências executadas a termo com recursos públicos. Ou seja, uma escrita da história apresentada de forma acessível ao público em geral. Uma comunicação compartilhada da história entre formação acadêmica tradicional e o grande público, de maneira a responder às demandas sociais, o que vale dizer o envolvimento do público no processo de pesquisa histórica de maneira a refletir sobre a relevância do passado na vida social. Contudo, a história pública, que vimos até agora, tem sido adequada às aspirações políticas de camadas interessadas que apoiam um discurso único e uma metodologia eficiente para a definição de uma história pública orientada.

Por outro lado, no entanto, o modelo de memória e patrimônio adotado não resolveu ou sequer enfrentou o problema racial. Na verdade, ironicamente, a abordagem escolhida como definidora de memórias e patrimônios serviu para

agravar a situação das diferenças em um país racializado. Esta prática vem contribuindo para o agravamento do aumento das diferenças, fomentando a segregação visual nos monumentos, excluindo negros e negras do benefício pedagógico gerado pela visibilidade destes símbolos públicos, assim como afastando-os da memória dos grandes feitos e contribuições como a mão de obra que sustentou o país e a sociedade brasileira por mais de trezentos anos. Sujeitos que, ainda hoje, não recebem os louros ou os frutos de seu trabalho. As obras, as contribuições de negros e negras, devido a aparente falta de contato entre a produção dos textos acadêmicos e as escolas públicas, ainda não adentra e afeta a educação e a história pública.

## AGRADECIMENTO

À bolsa da CAPES que me permitiu realizar esta pesquisa.

## NOTAS

1. Axé palavra de origem na língua iorubá significando força de realização, poder e desejo de felicidade. Banzo, para alguns autores, seria ligado ao idioma quimbundo *mbanza*, aldeia, e assim significaria a “saudade da aldeia” e, por extensão, do lar. O banzo estava associado aos atos de suicídios, homicídios e agressões físicas à excessiva carga imposta pelo cativo. Podem se interpretar como manifestações de rebeldia, das poucas facultadas aos escravos. Fonte: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-saudade-que-mata/>.
2. Sobre a revitalização da Praça Coronel Pedro Osório: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1762/monumenta-restaura-paco-municipal-em-pelotas>.
3. Termo africâner para “segregação”.
4. São eles: a estátua do escritor pelotense, João Simões Lopes Neto; o monumento em homenagem ao Coronel Pedro Osório; a escultura de Domingos José de Almeida; o pedestal de Yolanda Pereira Souto de Oliveira; o monumento às Mães; o monumento em homenagem ao Dr. Brusque Filho; o monumento ao Doutor Urbano Garcia; o busto de Doutor Francisco de Paula Amarante; a escultura de Doutor Miguel Rodrigues Barcellos e o chafariz Fonte das Nereidas, fonte: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dez-monumentos-da-praca-contam-a-historia-de-pelotas>.
5. “Nas casas remediadas, foi comum, também, a solução que adotava duas cozinhas, uma simples, de pequeno fogão em puxado ligado à casa e outra maior, a chamada “cozinha suja”, no fundo do quintal para os cozimentos mais demorados, para derreter tocinho, para clarear o açúcar mascavo, para tachadas de doces de marmelo, de goiaba.” (Lemos, 1989, p. 20)
6. O termo “criado-mudo” faz referência a um móvel com gavetas, geralmente utilizado ao lado das camas e que funciona como apoio. A adoção desse nome, segundo alguns estudos filológicos, faz referência às pessoas negras escravizadas responsáveis pelos serviços domésticos, que tinham a atribuição de segurar objetos pertencentes a suas

senhoras e seus senhores, servindo de apoio permanente. Além disso, deveriam agir de forma discreta e silenciosa para não causar nenhuma perturbação no ambiente. Sob essa perspectiva, a expressão se referiria, portanto, a essas pessoas escravizadas. (TSE. Expressões racistas, como evitá-las, p. 29).

## ENTREVISTA

- Jocelem Soares, outubro de 2022.

## PÁGINAS DE INTERNET

- <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dez-monumentos-da-praca-contam-a-historia-de-pelotas>
- <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com/p/jaguarao.html>

## REFERÊNCIAS

ADAMS, D. *Life, the universe and everything*. London. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CONDURU, R. Esse “troço” é arte? Religiões afro-brasileiras, cultura material e crítica. *Modos: Revista de História da Arte*, v. 3, n. 3, p. 98-114, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v3i3.4309>.

FABIAN, S. East Africa's Gorée: slave trade and tourism in Bagamoyo, Tanzania. *Canadian Journal of African Studies*, v. 47, n. 1, p. 95-114, 2013.

GIOVANNETTI, J. L. Subverting the master's narrative: public histories of slavery in plantation America. *International Labor and Working-Class History*, v. 76, p. 105-126, 2009.

GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas, Ed. UFPEL, 2004.

HAAG, Carlos. A saudade que mata: o banzo como 'nostalgia mortal' dos escravos. *Revista Pesquisa FAPESP*, ed. 172, p. 86-89, 2010. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/06/26/a-saudade-que-mata/>.

HARTMAN, S. Vênus em dois tempos. *Ecopós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

HAYES, K. Occulting the Past: conceptualizing forgetting in the History and Archaeology of Sylvester Manor. *Archaeological Dialogues*, v. 18, n. 2, p. 197-221, 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LEMOS, Carlos A. C. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

KATCHKA, K. A. Re-siting slavery at the Gorée-Almadies Memorial and Museum. *Museum Anthropology*, v. 27, n. 1-2, p. 3-12, 2004.

MOODY, J. *Performing memory: local slavery memory in a globalizing world*. In: REMEMBERING slavery in Liverpool, 'slaving capital of the world'. Liverpool: Liverpool University Press, 2020, p. 181-216.

PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (org.). *Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.

PARADEDADA, Maria Regina. *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas (1860-1930)*. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSA, Estefânia Jaékel da. *Paisagens negras: arqueologia da escravidão nas Charqueadas de Pelotas*. Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. The repressed memory of Brazilian slavery. *International Journal of Cultural Studies*, v. 11, ed. 2, p. 157-175, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367877908089262>.

SMITH, Laurajane. *Class, heritage and the negotiation of place*. Conference paper presented to the 'Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation' Conference, English Heritage, March 2009.

TRINDADE, Hélió; NOLL Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**Fernando Ermiro da Silva** é Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É coordenador do Museu Sankofa: Memória e História da Rocinha, no Rio de Janeiro.

**Como citar:**

SILVA, Fernando Ermiro da. A praça e o museu: quem está representado? *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 2, p. 197-212, jul./dez. 2023. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).